

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**Temas e Prática em Relações Internacionais**  
**BRI-0001 - 2020**

DANIEL DE VASCONCELOS ANDRADE

Número USP: 10324390

Curso: Letras - FFLCH

**Desconstruindo incertezas, problematizando oportunidades**

SÃO PAULO

2020

*Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo.*<sup>1</sup>

- José Saramago.

## **Introdução**

O presente ensaio condensa meus resumos e minhas perspectivas pessoais sobre a segunda metade do curso de “Temas e Prática em Relações Internacionais”, correspondendo às aulas que ocorreram desde 08/10/2020 até 26/11/2020. Essas aulas tanto deram prosseguimento à série de palestras iniciadas em agosto quanto deram começo em novembro à etapa de atividade prática dos estudantes, que tiveram uma chance de trabalharem em grupo, trocando ideias com pessoas de diferentes faculdades e exercitando os próprios conhecimentos que foram construídos ao longo da disciplina.

## **Ciência e tecnologia na construção da Nova Era (08/10).**

O professor Carlos Henrique de Brito Cruz indicou que um sistema de ciência, tecnologia e inovação traz impactos benéficos em três dimensões: (1) sociedade, com ideias que aumentam o bem-estar social e que apoiam ou informam políticas públicas; (2) economia, com ideias que ajudam a criar novos negócios, aumentando a competitividade no mercado de trabalho e originando novos setores industriais; e (3) intelectualidade/ciência, com ideias que, mesmo sem aplicação imediata, tornam a humanidade mais sábia e precavida para desafios futuros. Contextualizando esses impactos à realidade brasileira, Cruz discorreu sobre as contribuições que pesquisas empreendidas no Brasil potencialmente gerariam ou já têm gerado no setor de energia renovável, na produção agrícola de alimentos, no combate à crise sanitária atual, na preservação da floresta amazônica, e em estudos de história, de filosofia e de ciência política comparada. Segundo ele, todas essas diversas contribuições são embasadas na conexão entre a criação de ideias e o uso concreto delas. De um lado, universidades e institutos fomentam ideias científicas que são inovadoras. Do outro, empresas, hospitais e governos materializam essas ideias em invenções tecnológicas que são úteis. Cruz elencou todas essas diversas contribuições, frutos da parceria entre esses dois lados, como um modo de demonstrar que no Brasil tal parceria é muito maior do que comumente se pensa, apesar de ser ainda menor do que idealmente se gostaria. Por isso, e para mim, a palestra dele foi inspiradora pois reconheceu o desenvolvimento que o campo tecnocientífico brasileiro ainda precisa alcançar, mas sem ter desmerecido todos os sucessos que esse campo já detém. Minha impressão foi a de que Cruz tem uma postura que não é nem pessimista a ponto de ser resignada, e nem otimista a ponto de ser irrealista, mas sim bem-informada e comprometida a ponto de ser proativa.

Essa postura está em consonância com uma das recomendações que o professor Jacques Marcovitch deu aos estudantes, quanto a se ter “os pés no chão, mas com os olhos vendo horizontes distantes”. Em parte, “ver horizontes distantes” significa compreender os avanços digitais da Nova Era como referenciais globais e não locais, como Cruz disse. Significa resolver problemas de forma multilateral, e por conseguinte multidisciplinar. Para tanto, em vez de se priorizar investimentos somente em dadas áreas do conhecimento, menosprezando as demais, é necessário que se priorize os problemas mais urgentes, que podem ser solucionados por todas essas áreas em conjunto, como Cruz também apontou, em sua réplica às respostas dos alunos.

## **A ajuda humanitária na construção da Nova Era (15/10).**

Simone Casabianca-Aeschlimann, delegada do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), apresentou os princípios fundamentais desse comitê, que são: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade, e universalidade. Sua apresentação se centrou na importância desses princípios para a prática do trabalho humanitário que ela mesma desempenha como profissão. Ao problematizar o que o humanitarismo significará no futuro, em vista das crises de 2020, Simone distinguiu, por exemplo, os princípios de independência e de neutralidade como essenciais em conflitos prolongados e na interlocução de planos convergentes ou divergentes entre os atores não estatais que representam o CICV e as sociedades civis e estatais dos países afetados por esses conflitos. De acordo com ela, imbuir neutralidade em diálogos internacionais, nos quais o CICV atua como intermediador neutro entre grupos beligerantes, é importante pois permite a discussão de assuntos que de outra maneira, sem confidencialidade e confiabilidade, não poderiam ser discutidos. Entretanto, ela lembrou, também é algo desafiador, pois essa mesma neutralidade é o que impede a discussão de outros assuntos igualmente relevantes, mas que infeririam parcialidade.

Desse modo, a palestra dela fez com que eu refletisse que valores éticos seguidos à risca podem ser tanto facilitadores quanto limitadores à influência dos serviços humanitários. Concordo com Simone que o mantimento dos princípios do CICV é de suma importância para assegurar a coerência e a integridade de seus objetivos e de suas ações. Entretanto, não posso deixar de também considerar importantes as reflexões de Hugo Slim, no artigo “You don’t have to be neutral to be a good humanitarian”<sup>2</sup>. Pois acredito que princípios éticos podem ser, e muitas vezes são, distorcidos e manipulados por entidades governamentais. Estas podem, por exemplo, ver neutralidade como um sinônimo de passividade. Para que isso não aconteça, de modo algum convém o abandono desses princípios. Mas, na minha opinião, convém uma maior especificação de o que eles significam na prática. Afinal, uma neutralidade absoluta, assim como uma imparcialidade absoluta, é impossível. Representa uma utopia tão necessária de ser perseguida quanto inviável de ser plenamente exercida. Por exemplo, e refletindo uma das falas de Simone, eu acredito que é exemplar que o CICV ouça o público beneficiado para saber como melhor ajudá-lo, equiparando a fala de um analfabeto à de um líder de Estado como detentoras de igual importância. Mas também acredito que importa considerar que o impacto dessas falas é diferente, mesmo que ambas precisem ser ouvidas.

## **O Acordo de Paris na construção da Nova Era (22/10).**

De acordo com Thelma Krug, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o papel deste consiste em avaliar informações científicas, técnicas e socioeconômicas sobre as transformações ambientais induzidas pelo ser humano. Essa avaliação se dá por intermédio de relatórios emitidos pelo IPCC, que devem ser politicamente neutros, não prescritivos, e pautados na interface entre ciência e política. Servem assim como uma ponte entre os dados coletados pelos cientistas e as decisões tomadas pelos políticos em resposta a esses dados. Krug detalhou as etapas da produção desses relatórios expondo nelas todas as confluências, todas as “pontes”, entre diferentes saberes, entre escopos cíclicos realizado por governos e avaliados por cientistas, e entre quatro frentes principais de trabalho que vigoram no IPCC: a base física; a avaliação de impactos, adaptação e vulnerabilidade; o estudo sobre como mitigar os efeitos das mudanças climáticas; e a força tarefa em inventários nacionais de gases de efeito estufa.

Em seguida, Krug contextualizou a importância do IPCC na evolução histórica dos debates internacionais sobre as mudanças climáticas. A atenção internacional foi se voltando a esse problema à medida que o alto preço da inação frente a ele foi gradualmente se tornando inquestionável e catastrófico. Desses debates, ela destacou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), que implementou o princípio de precaução e o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, e o Acordo de Paris (2015), que, em comparação com o Protocolo de Quioto (1997), representou significativo avanço a um maior engajamento internacional e a uma maior transparência na redução de emissões de gás carbônico. Entretanto, mesmo com esse avanço, e devido a questionamentos recentes ao Acordo de Paris por parte de políticas isolacionistas, o que inclui a brasileira, Krug ponderou sobre a necessidade de se admitir erros e de se mudar a mentalidade no entendimento das mudanças climáticas. Essa ponderação dela me lembrou de uma fala do filósofo Daisaku Ikeda: “Se nos concentrarmos somente nas ameaças que enfrentamos, corremos o risco da indiferença dos que não se sentem diretamente impactados”<sup>3</sup>. E repensando o que Krug mencionou sobre sua própria trajetória pessoal, dizendo que “nada previne uma pessoa de chegar aonde ela quer se ela assume a dedicação e os desafios por trás desse caminho”, acredito que essa mesma noção pode ser aplicada ao enfrentamento de desafios que, para mim, são mais pessoais e humanos do que somente ambientais. Pois, no fundo, trata-se de garantir não a sobrevivência do planeta, mas sim a da humanidade a longo prazo.

## **Uma nova economia para uma Nova Era (29/10).**

Viviane Romeiro, Gerente de Clima do World Resources Institute Brasil (WRI), palestrou sobre um estudo que ela coordenou, chamado “Uma nova Economia para uma nova Era – elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil”<sup>4</sup>. Esse estudo foi concebido a partir da imbricação entre clima e economia, de modo a, nas palavras de Romeiro, “traduzir as necessidades ambientais em oportunidades econômicas”. Os resultados dessa “tradução” foram idealizados não como um fim a ser prescritivo, mas sim como um meio para servir de base científica a motivar futuros projetos. Outrossim, em vez de demandar uma ruptura econômica, esses resultados incitam, novamente nas palavras dela, uma “priorização de boas práticas que já existem, mas que podem ser implementadas, ajustadas e direcionadas”.

Essa priorização se resume a três setores abordados pelo estudo: infraestrutura de qualidade, inovação industrial, e agropecuária sustentável. Todos esses setores foram analisados quanto a como são afetados pelas mudanças climáticas. Todos necessitam aprimoramentos de governança, engajamentos com stakeholders e reestruturações que mitiguem riscos ambientais. E todos foram projetados em três cenários econômicos hipotéticos, que são três opções de futuro que o Brasil pode trilhar: (1) “Business as Usual”, que apresenta as maiores taxas de emissão de dióxido de carbono e o menor índice de produto interno bruto dos três cenários previstos; (2) “Nova Economia para o Brasil”, que apresenta as menores taxas de emissão de carbono; e (3) “Nova Economia para o Brasil *plus*”, que apresenta o maior índice de PIB. Seja com o segundo ou com o terceiro cenário, as pesquisas comprovam que o Brasil crescerá mais na próxima década se adotar uma economia verde do que se manter seu modelo atual de desenvolvimento.

Creio que a escolha de cenários propícios à melhora tanto econômica quanto ambiental do Brasil é não só possível como também provável, em detrimento das pressões internacionais para que ela ocorra, tanto que o professor Pedro Dallari comentou em uma das aulas que uma economia sustentável não é uma questão de “se”, mas sim de “quando” se efetivará, a depender de ser postergada por políticas “populistas” que, embora não anulem uma inevitável adaptação econômica, causam grandes prejuízos ao retardá-la. Minha dúvida antes da palestra de Romeiro era de como essa adaptação poderia ser regulamentada, já que poluições atmosférica e hídrica são “externalidades” a um sistema econômico. Mas o estudo explanado por ela me elucidou que essas externalidades podem ser computadas através do meio científico, e assim integradas à economia do Brasil.

## **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) e suas metas (05/11).**

Abrindo o terceiro módulo da disciplina, correspondente à parte da “prática” no curso “Temas e Prática em Relações Internacionais”, o professor Jacques Marcovitch explicou que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o último elo de uma corrente histórica de indicadores que avaliam o que significa um progresso humano sustentável. Essa corrente se iniciou com a conceituação do PIB, posteriormente personalizado como PIB per capita. Depois uma maior especificação de padrões para qualidade de vida foi abarcada com o IDH. E em 2000 esses padrões foram institucionalizados na forma de metas globais: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Firmados em 2015, e visando o cumprimento de metas até 2030, os ODSs são uma renovação, uma ampliação e um aprofundamento dos ODMs, de forma a serem inclusivos de uma maior conscientização ambiental do que a implicada nestes. Para Marcovitch, a evolução desses indicadores decorreu das tentativas de as pessoas quererem cada vez mais compreender melhor os problemas do mundo no qual elas vivem.

Em consonância com tal desejo de se compreender problemas para poder superá-los, o professor Pedro Dallari completou a apresentação definindo os ODSs como um paradigma global sobre direitos e deveres humanos, que desempenha essencialmente três funções: (1) fortalecer o multilateralismo, com aperfeiçoamentos no direito internacional ocorrendo após momentos de crise em razão de demandas sociais, e não por caprichos políticos; (2) combater as exclusões da globalização, que inviabilizam uma maior integração internacional ao predispor a ascensão de governantes encorajadores de sectarismos socioeconômicos; e (3) resgatar experiências já existentes e bem-sucedidas, a servirem de base para novos projetos que, iniciados como sonhos e providos de recursos, disponibilidade e tempo limitados, possam se converter em objetivos e em resultados. Por fim, Diogo Souto Maior forneceu as instruções para o trabalho em grupo, de os alunos formularem um Projeto de Cooperação Internacional para o Brasil sobre um dos ODSs.

Antes dessa aula, eu tinha pouca noção a respeito da importância dos ODSs. Meu preconceito era de que eram meramente simbólicos e promovidos apenas teoricamente como ideais, sem refletirem ou assegurarem um comprometimento sólido na realidade. Esse preconceito se mostrou infundado, sobretudo quando, nos quinze minutos dados para que eu conhecesse os outros integrantes do meu grupo, nós começamos a conversar precisamente sobre maneiras de transpor os ideais do ODS 4 (Educação de qualidade) para um projeto concreto que mudasse a realidade do Brasil.



## **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) e suas metas (12/11).**

Introduzindo a primeira aula de apresentações dos grupos, o professor Pedro Dallari explicou que os ODSs não unicamente constituem ações voluntárias. Eles também instigam uma autorregulamentação de empresas, cobradas a acatarem boas práticas, e são legislados por organizações internacionais, principalmente na Europa. Assim, os ODSs que de início condizem com “soft law”, ou seja, com diretrizes não obrigatórias, paulatinamente viram “hard law”, passando a compor uma padronização normativa a ser seguida. Essa padronização, sustentada na extraterritorialidade de paradigmas comuns, é “calibrada” por debates políticos. Portanto, como Dallari disse, essa padronização “é necessária, mas não se pode ter uma visão deslumbrada e ingênua” sobre ela.

Como o primeiro grupo a apresentar foi o meu, sou suspeito para opinar. Mas acho que a clareza e a confiança com que a Thalissa apresentou nosso projeto foram incríveis. Sabendo que o professor Dallari e o Diogo leram o projeto do meu grupo, e ouvindo os elogios deles, me senti realizado. Eu precisava de um retorno do que eles pensaram para confirmar não exatamente a qualidade, mas sim a validade das ideias que tivemos e de como escrevemos sobre elas. A segunda apresentação, feita pelo Roberto Spina, foi sobre o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). O projeto do grupo dele visa mitigar a poluição causada pela produção de cimento, de forma a reduzir custos nesse setor e a melhor aproveitar recursos naturais. Fiquei impressionado com a ideia criativa que eles tiveram, pois como os ODSs abarcam temas muito abrangentes, acho que é difícil elaborar um plano que seja específico e que assim não pareça vago ou pretencioso, e sim viável. A terceira apresentação, feita pela Karina Kim, foi sobre o ODS 1 (Erradicação da pobreza). O projeto do grupo dela foca na resolução da falta de saneamento básico para populações de extrema pobreza, e emprega um modelo de negócios para que as atividades planejadas sejam a longo prazo sustentáveis financeiramente. O que mais me chamou atenção no projeto deles foi a conjuntura inteligente de ao mesmo tempo sanar uma carência social presente e prevenir vicissitudes futuras. A quarta apresentação, feita pela Maria Eugênia e pelo Charles Cookson, foi sobre o ODS 13 (Ação contra a mudança global). O projeto deles agrega reflorestamento na floresta amazônica, primazia por parcerias estratégicas, criação de um aplicativo que ajude a despertar engajamento social, e benchmarking com outros países latino-americanos. Ouvindo sobre a metodologia que eles pensaram, me dei conta de que os problemas apresentados por Thelma Krug podem ser atenuados com atividades como as engendradas por esse grupo.

## **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) e suas metas II (19/11).**

Começando o segundo dia de apresentações dos grupos, Danilo Akira e Isabela Sampaio apresentaram sobre o ODS 12 (Consumo e produção sustentáveis). O projeto do grupo deles é focado em São Paulo e visa reduzir o desperdício de alimentos de modo a reaproveitá-los para o consumo de pelo menos 30% da população em situação de vulnerabilidade e com insegurança alimentar grave. Além da parceria com fornecedores de bares e restaurantes, eles planejam convocar uma rede de voluntários através de mídias sociais, com esses dois apoios buscando implementar da melhor forma possível o contato entre os fornecedores e o público beneficiado. A segunda apresentação, feita pelo Vitor Bueno, foi sobre o ODS 2 (Fome e agricultura sustentável). O projeto do grupo dele visa a criação de estruturas no âmbito de produção agrícola familiar que sejam duradouras e protegidas contra degradações de todo tipo, inclusive as causadas por intemperismos climáticos. A terceira apresentação, feita pela Maria Alexandra, foi sobre o ODS 1 (Erradicação da pobreza). O projeto do grupo dela, destinado a atender a população de Patos, no Paraíba, objetiva eliminar a pobreza extrema no campo, inspirando-se em iniciativas chinesas com a concessão de empréstimos a agricultores, investimentos em infraestrutura para turismo, e envolvimento de uma comissão de moradores da zona rural para que façam parte da tomada de decisões. A última apresentação, feita pela Thaís Magrini, foi sobre o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). O projeto do grupo dela planeja criar um banco de dados oficial e unificado sobre violação e ameaça ao trabalho de jornalistas, sindicalistas e defensores dos direitos humanos, idealizado a se tornar um Observatório permanente que assegure pluralidade de meio de informação confiável e liberdades fundamentais, como a de imprensa e a de expressão.

Dessa aula, as apresentações que mais apreciei foram as dos ODSs 2 e 16. Em relação ao primeiro, a pesquisa que o grupo realizou sobre projetos já existentes e bem-sucedidos foi muito inteligente. Pois eles não procuraram apenas os pontos fortes desses projetos como uma base de inspiração e de emulação. Na verdade, eles procuraram identificar precisamente os pontos fracos, para então aprimorarem-nos no próprio projeto deles, tornando-o assim diferencial e útil. Em relação ao último, acredito que o projeto desse grupo resolveria muitos dos problemas apontados na palestra do jornalista Carlos Lins da Silva, com o estímulo a uma pluralidade de meios informativos desestruturando polarizações atuais. E considerando casos como os assassinatos de Vladimir Herzog e de Marielle Franco, o Observatório que eles planejaram é sem dúvida essencial para o Brasil.

## **Tendências 2020 e perspectivas 2021 (26/11).**

Na última aula da disciplina, o professor Jacques Marcovitch fez uma retrospectiva do curso, mencionando as principais mudanças no cenário global em 2020, que apontam um aprendizado da cooperação internacional no tratamento das crises desse ano. Marcovitch relevou a necessidade de países terem a humildade de ouvir especialistas agregada à coragem de tomarem decisões em momentos de incerteza. Em seguida, o professor Pedro Dallari, citando Felipe González, disse que o grande desafio das universidades é “educar para a incerteza”, de tal educação provindo critérios analíticos como: conhecimento do ambiente social através da vivência e experiência direta com este; interpretação da evolução histórica da humanidade com base nas rupturas e continuidades desse processo; e multidisciplinaridade com a capacidade de trabalhar em grupo, integrando diferentes perspectivas e saberes.

Em uma segunda parte da aula, Keyvan Macedo, gerente de Sustentabilidade da Natura, e Camila Duran, professora da Faculdade de Direito da USP, apresentaram suas impressões sobre os ODSs e sobre ESG (“Environmental, social and corporate governance”). Dentre tudo o que eles abordaram, me chamou atenção o comentário de Macedo sobre as crises atuais evidenciarem como nunca antes a gravidade da desigualdade socioeconômica no Brasil. Acredito que não há garantias de que essa questão será resolvida agora que ela é mais evidente. Mesmo que as pessoas saibam que ela está na raiz de uma miríade de outros problemas mais específicos, há um longo caminho desde a conscientização até a tomada de ações efetivas que tragam mudança. Da fala de Duran, me chamou atenção o tema de igualdade de gênero e a ideia dela de que, na resolução de problemas internacionais, priorize-se incentivos futuros em vez de punições a comportamentos passados. Isso me lembrou uma frase de Hanna Arendt: “Nenhuma punição já chegou a possuir poder suficiente de dissuasão a ponto de prevenir a perpetração de crimes”<sup>5</sup>.

Por fim, a Thaís Magrini, o Vinicius Geroto e a Julia Schefer deram seus depoimentos pessoais sobre em quais aspectos a disciplina TPRI 2020 lhes foi importante. Posso dizer que divido as mesmas opiniões deles e, além disso, que esse curso foi uma das partes boas de um ano tão turbulento. De semana em semana eu esperava animado pelos encontros de quinta, e saía deles reflexivo e não decepcionado. Apesar dos desconfortos do estudo remoto, me considero sortudo por ter feito essa matéria. Agradeço a todos que a tornaram possível, incluindo professores, alunos e coordenação.

## Conclusão

Assim como a primeira metade do curso, esses últimos dois meses me tornaram menos cético em relação não exatamente às possibilidades de mudança, pois estas são perenes, mas sim ao comprometimento de aproveitá-las. Mais especificamente, o comprometimento de aproveitá-las de maneira sábia. Uma ideia que todas as palestras me passaram foi a de que não basta ter boas intenções orientadas para os problemas mais urgentes a serem resolvidos. Precisa-se também ter conscientização, responsabilidade e sabedoria no modo como resolvê-los, desconstruindo incertezas para melhor contextualizá-las e entendê-las, e problematizando oportunidades para não desperdiçá-las.

Por isso escolhi a citação de Saramago como epígrafe desse ensaio. Acho que ela sintetiza o equilíbrio sustentável que as aulas de TPRI 2020 incentivaram que eu compreendesse e desenvolvesse por conta própria ao longo desse semestre. Por um lado, não devo ter pressa a ponto de resolver um problema descuidadamente, “colocando o carro na frente dos bois” e fingindo ter feito um bom trabalho. A preocupação em excesso inibe uma percepção atenta do que faço e das consequências do que faço para outras pessoas. Por outro lado, não devo perder tempo a ponto de esperar que um problema se resolverá sozinho, acreditando que outra pessoa solucionará tudo, e assim me livrando do trabalho. A preocupação em escassez inibe um engajamento honesto e efetivo.

Eu não sei como será 2021, e acho que ninguém sabe ao certo. Mas, pelo menos, acredito que estou menos inseguro sobre como eu mesmo vou lidar com os desafios dos próximos anos, com os desafios que ainda não conheço. E parte dessa maior confiança eu devo às aulas de “Temas e Prática em Relações Internacionais”.

## Notas

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://istoe.com.br/81844\\_O+EVANGELHO+SEGUNDO+SARAMAGO/](https://istoe.com.br/81844_O+EVANGELHO+SEGUNDO+SARAMAGO/)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2020/08/27/humanitarian-principles-neutrality>>. Acesso em: 09 out. 2020.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.seikyopost.com.br/humanismo-ikeda/uniao-em-prol-da-paz>>. Acesso em: 25 out. 2020.

<sup>4</sup> *Uma nova Economia para uma nova Era – elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil*. Pesquisa coordenada por Viviane Romeiro. World Resources Institute, 2020.

<sup>5</sup> Minha tradução. No original: “No punishment has ever possessed enough power of deterrence to prevent the commission of crimes”. Disponível em: <<https://hac.bard.edu/amor-mundi/the-demand-for-beginning-in-the-face-of-the-unprecedented-2014-08-04>>. Acesso em: 27 nov. 2020.